



DIREITOS À INCLUSÃO: A ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TEA COMO EXERCÍCIO DE HUMANIZAÇÃO

Silbeiny Karyn Camargo¹

¹Pedagogia – UniCV – Centro Universitário Cidade Verde

karynsilbe@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4574905389633604>

Gabriela Romão de Almeida Carvalho Santos²

²Enfermagem – UNEB – Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

enfpesquisadora@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4246636996667521>

AT01: Educação e Direitos Humanos.

Introdução: O direito à educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) encontra amparo no ordenamento jurídico vigente, que prevê matrícula e atendimento especializado. Contudo, garantir acesso não equivale a garantir inclusão. Entre a matrícula e a participação real persiste distância marcada por despreparo docente, ausência de suporte e invisibilidade da voz da criança, comprometendo direitos e reduzindo o estudante a objeto de tolerância. **Objetivo:** Analisar o que fundamenta a escolarização de crianças com TEA sob direitos humanos e os desafios para sua efetivação na educação básica. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa nas plataformas PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), com recorte temporal de 2016 à 2026, utilizando os descritores “Transtorno do Espectro Autista” AND “Inclusão Escolar” AND “Desenvolvimento Infantil”. Foram selecionados 15 artigos com foco em inclusão escolar, excluindo estudos clínicos, analisados em síntese temática. **Resultados:** Os estudos evidenciam que a inclusão de crianças com TEA enfrenta barreiras em três dimensões, formação docente insuficiente, ausência de suporte no cotidiano escolar e invisibilidade das perspectivas da criança, da família e dos pares. O Plano Educacional Individualizado (PEI), construído com escola, família e equipe clínica, melhorou participação social e desempenho acadêmico. As interações entre pares em sala de aula e no pátio revelam-se indicadores de inclusão real, pois nesses espaços a criança negocia pertencimento. Ouvir as crianças com TEA sobre suas vivências emerge como imperativo ético e metodológico, pois suas perspectivas expõem o que laudos externos não capturam. **Conclusão:** A escola que inclui não é a que abre a porta, mas a que reconhece na diferença condição do aprender. Requer formação docente contínua, Plano Educacional Individualizado coletivo e escuta das crianças com TEA como prática pedagógica estruturante. Incluir para humanizar é uma escolha política que começa na sala de aula.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil; Inclusão Escolar; Transtorno do Espectro Autista.